O RIO E A CIDADE: A FORMULAÇÃO DO PLANO GESTOR DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC E OS ENTRAVES SOCIOJURÍDICOS E AMBIENTAIS NAS PERCEPÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS RIOS.

Cristiane Fortkamp Schuch¹

Introdução

Partindo do conceito de espaço como “inteligível através da sociedade que o produz” (CORREA, 2003.p.38), e de que este espaço produzido configura na Constituição Federal Brasileira em seu artigo 225 que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações discutem-se as diversas variáveis que influenciam na estabilidade e sustentabilidade ambiental de uma sociedade.

O município de Santo Amaro da Imperatriz, localizado no Estado de Santa Catarina, foi fundado em 1958. Conhecido como verde Vale das Termas, é a primeira estância hidromineral do país. Rica em natureza, cenários e paisagens, constitui-se economicamente do turismo, comércio, serviços e produção agropecuária, com uma população média de 21 mil habitantes. Situada nas encostas do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, a cidade atualmente discute o novo Plano Diretor do município, onde os principais entraves jurídicos estão associados às áreas de preservação permanentes, à verticalização da cidade às margens do rio Cubatão, principal rio da cidade. Além disso, discute-se a implantação de novas áreas de preservação em antigas áreas de produção agrária familiar.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, no capítulo II, artigos 182 e 183, dispõem sobre a Política de Desenvolvimento Urbano na esfera Municipal ditando a necessidade do planejamento para o desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantia do bem-estar social, por meio de elaboração de um Plano Diretor Municipal.

O Plano Diretor é o instrumento básico da política Municipal de desenvolvimento e expansão urbana, que tem por objetivo “reduzir as desigualdades, segregações e exclusões sociais, contribuindo, em última instância, para a expansão da cidadania”. (CARVALHO, 2001.p.03). A formulação deste documento requer tanto a análise técnica do espaço em questão, quanto à participação e o envolvimento da população local, de forma que “o cidadão assumira seu papel na sociedade, adotando uma política de inclusão social

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutoranda em História na mesma instituição. Email: cris.fortkamp@gmail.com.

implantada não só pelo poder público, mas por todos os segmentos e classes que compõem a sociedade". (op.cit.p.04).

Sendo assim, este documento serve para orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada e, tem o objetivo de apontar as diretrizes urbanísticas da cidade, visando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos munícipes, bem como do equilíbrio ambiental.

Desta forma, este artigo tem por objetivo compreender como o conceito de conservação ambiental tornou-se condicionante e propulsor de conflitos na formulação do Plano diretor do município de Santo amaro da Imperatriz/SC, limitando as atividades humanas em torno do principal rio da cidade, responsável pelo abastecimento de água da capital de Santa Catarina, no sul do Brasil, discutindo através deste estudo de caso, a percepção populacional sobre a utilização dos recursos naturais, e os entraves jurídicos e ambientais na organização do espaço que estabelecem um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações sociais. (CORREA, 2007.p.35).

Enquadramento Teórico:

No processo de elaboração do plano diretor, o Município deverá promover audiências públicas para a participação popular, conforme prevê o art. 40, § 4, inciso I, do Estatuto da Cidade: a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade.

Nessas audiências, o Município deve apresentar o projeto de lei para a comunidade e associações representativas, com o objetivo de ouvir os interesses da população. Após a apresentação do projeto é aberto o debate para que os participantes contestem as propostas apresentadas, bem como, apresentem as suas propostas, na certeza de que, em conjunto, Poder Público e sociedade decidam o melhor para o município. No entanto, uma equipe com conhecimento técnico deve fazer a elaboração do Plano Diretor. Essa equipe ficará encarregada de fazer estudos, pesquisas, planejamentos sobre o uso e parcelamento do solo, saneamento básico, habitação, transportes urbanos, bem como, a elaboração de diretrizes para a expansão urbana.

Segundo o Estatuto da Cidade o Plano Diretor deve atender a função social da propriedade urbana, previsto no art. 182, § 2 da Constituição Federal Brasileira de 1988, "a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor". O Estatuto da Cidade em seu art. 39 explicita,

“A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.” (BRASIL, 1988).

Desta forma, discute-se a presente questão a partir do conceito de que o princípio do desenvolvimento sustentável tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, “garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje a nossa disposição”. (Fiorillo, 2009.p. 28).

Para tanto, discute-se a importância do zoneamento ambiental para o desenvolvimento socioeconômico regional, levando em consideração que este se torna um importante instrumento de planejamento do uso do solo e gestão ambiental, definida por lei pelo Poder Público Municipal, que define e delimita as zonas ambientais. Para Milaré, “trata-se, em síntese, de disciplinamento de ocupação e destinação de áreas geográficas para que elas atendam à sua vocação geoeconômica e ecológica”. (Milaré 560). Através do Zoneamento ambiental torna-se possível definir e regular o uso da propriedade do solo, de acordo com a finalidade, atribuição de usos e atividades compatíveis segundo as características de cada área geográfica, com o objetivo de evitar os danos e impactos ambientais, promovendo assim o desenvolvimento sustentável. Em síntese, trata-se de olhar para cada parcela do território respeitando as necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, promovendo assim, o desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, tem-se uma perspectiva geográfica que procura compreender a paisagem como “resultado e alimento de projetos de produção do espaço, sendo um documento de cultura que é o resultante de uma dialética entre a matéria e a idéia”. (MORAES, 2009.p.29). Este diálogo interdisciplinar torna-se peculiar em sua essência, uma vez que “as concepções de uso e ocupação de territórios tornam as relações entre pessoas e classes como relações entre lugares”. (op.cit.p.102).

Trata-se de uma discussão que busca compreender o processo de valorização de novos lugares, incorporando-os a projetos transformadores da realidade vigente.

Método:

A discussão sobre as implicações sociojurídicas e ambientais da formulação do novo Plano Diretor do Município de Santo Amaro da Imperatriz tem sua metodologia baseada na análise e discussão da legislação em vigor, confrontada com o projeto de Lei formulado para

dar origem ao Plano Diretor e as discussões das audiências públicas realizadas para formulação do Plano Diretor.

Também foram objeto de estudo as entrevistas concedidas pelo representante do poder público municipal, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, pelo representante do movimento ambiental ANAVI (Água Natureza e Vida) e representante da associação de moradores local. Desta forma, as fontes oficiais (documentos, leis, relatórios), aliadas à metodologia de história oral e ao aparato conceitual tanto da organização sócio-espacial, objeto da geografia, quanto o embasamento jurídico permitiram uma importante análise do estudo de caso em questão.

Partindo da premissa que as práticas sociais são moldadas e constantemente remodeladas a partir de padrões culturais e possibilidades técnicas possíveis, fornecendo significados distintos à natureza e à organização espacial, utilizaram-se como metodologia o confronto entre as atuais propostas de formação de áreas de conservação em antigas áreas de produção agropecuária, à luz da legislação ambiental e da configuração socioespacial baseada nos meios de produção e vivência social em áreas ribeirinhas.

Para tanto, a utilização de fontes orais permitiu maior diálogo sobre a participação de entidades de classe, donos de empreendimentos e moradores na formulação das novas diretrizes municipais, permitindo identificar como o discurso de modernização projetado para a cidade reproduz modelos de organização territorial baseados na valorização do desenvolvimento econômico e modernização dos espaços públicos.

Conhecido historicamente desde 1809, o território que em 1958 fundou-se o município de Santo Amaro da Imperatriz tem aproximadamente 63% de seu território de 309,73 km² dentro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, área de preservação integral que constitui 1% do território do Estado de Santa Catarina. Segundo as estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município que concentrava atividades agrárias passou por uma gradativa transformação do perfil econômico entre as décadas de 1970 e 1998, de forma que o comércio em geral e a prestação de serviços tornaram-se as principais atividades de geração de emprego e renda, atendendo as demandas dos municípios vizinhos; com especial atenção para as águas termais, exploradas pela atividade turística, sendo uma crescente fonte de arrecadação de recursos. (FORTKAMP, 2008.p.63).

Por apresentar uma grande área territorial dentro de área de preservação, a estrutura fundiária e a utilização dos recursos naturais tornaram-se o principal conflito entre a população, os instrumentos de preservação ambiental e as políticas públicas de desenvolvimento. Sua caracterização regional permite afirmar que o desenvolvimento de atividades do setor terciário e as atividades voltadas para o turismo tornam possível a realização de atividades fora do setor primário (extrativismo, pecuária e agricultura),

possibilitando outras formas de sobrevivência que não danifiquem a integridade das áreas de preservação.

No entanto, estas medidas são dificultadas pelo número de ocupantes dos territórios reivindicados para áreas de preservação, e o significativo aumento populacional que fixou residência em torno do principal rio da cidade, responsável pelo abastecimento de água de todo o conglomerado da grande Florianópolis, o rio Cubatão.

Assim sendo, reafirma-se a importância de a gestão ambiental ocorrer a partir dos municípios, conforme previsto desde a Constituição Federal, envolvendo a participação das instituições públicas, comunidades locais e setores econômicos na implementação de projetos e ações no espaço urbano e regional, “visando o desenvolvimento sustentável e o necessário equilíbrio entre a sociedade contemporânea brasileira e o meio ambiente”. (SILVA & WERLE, 2007.p.04).

Em 2001, O Estatuto da Cidade, instituído pela lei 10.257 regulamentou os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo às diretrizes gerais da Política Urbana Municipal, que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (art1 parágrafo único lei 10.257). O art. 50, do Estatuto da Cidade, determina a necessidade de aprovação do Plano Diretor Municipal para todos os municípios que estejam enquadrados na obrigação prevista em seu art. 41 e que não tenham plano diretor aprovado na data de entrada em vigor desta Lei. Segundo o art. 41, o plano diretor é obrigatório para todas as cidades:

- I – com mais de vinte mil habitantes;
- II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;
- IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.
- VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. (BRASIL, 1988).

Santo Amaro da Imperatriz até o presente momento não tem um Plano Diretor. Atualmente, vigoram a Lei Complementar nº 890, promulgada em dezembro de 1991 e, que definem objetivos e diretrizes de atuação para o desenvolvimento municipal, definido como Plano Físico-Territorial Urbano, vulgarmente chamado de Plano Diretor, bem como, a Lei Complementar 891/91 que instituiu o Código de Obras e Edificações do Município, parte integrante do Plano Físico-Territorial, estabelecendo normas de projeção e de construção em geral, para o seu território e, a Lei 872/91 que instituiu o Código de Posturas do Município.

A lei 10.257 estabeleceu o prazo de cinco anos para a aprovação do Plano Diretor dos municípios brasileiros, assim, o prazo terminaria em 10/07/2006, no entanto, com advento da Lei 11.673 de maio de 2008, o prazo para a aprovação do Plano Diretor foi prorrogado para até 30/06/2008.

Importante salientar que o Município de Santo Amaro da Imperatriz passou a ser parte integrante da Região Metropolitana de Florianópolis em 1998, criado pela Lei Complementar Estadual nº 162 em seu art. 5º: O Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana de Florianópolis será integrado pelos Municípios de Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara. Ocorre que em 2007 a Lei Complementar Estadual nº 162 foi extinta pela Lei Complementar Estadual nº 381, e reinstituída pela Lei Complementar Estadual nº 495 de 2010 com a mesma redação da lei anteriormente revogada.

No ano de 2010, segundo fonte IBGE, a população do município de Santo Amaro da Imperatriz era de 19.863 habitantes, por tanto, o município enquadrava-se em três incisos do art. 41, do Estatuto da Cidade, que prevê a obrigatoriedade da aprovação do plano diretor para todos os municípios com mais de vinte mil habitantes, para Municípios integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas e, integrantes de áreas de especial interesse turístico.

Diante da inércia por parte do poder público municipal, o Ministério Público, representado pela Promotora de Justiça, Dra. Cristina Elaine Thomé, instaurou o inquérito civil nº 06.2011.008272-0 em 9/11/2011, com a intenção de apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, por deixar de tomar as providências necessárias para garantir a aprovação do Plano Diretor do município. Em 15 de dezembro de 2011, o então Prefeito, Sr. Edésio Justen e o Presidente da Câmara de Vereadores, Sr. Laudi Antônio Luiz, assinaram o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, frente ao MP, onde se comprometeram a elaborar e concluir o Plano diretor até o dia 16/01/2012.

No entanto, devido à necessidade das audiências públicas, estudos e pesquisas necessárias, o Projeto de Lei, que deve revogar as Leis 872, 890 e 891, todas de 1991, e que irá instituir o Plano Diretor da Cidade de Santo Amaro da Imperatriz, só foi entregue para a câmara de Vereadores em 10/12/2012.

Em Janeiro de 2013 tomou posse o novo Prefeito da Cidade bem como, os 11 vereadores que compõem a Câmara Municipal. O Projeto de Lei que havia sido entregue a Câmara de Vereadores e que aguardava ser colocado na pauta para votação foi requerido pelo novo Prefeito para nova análise e, até o presente momento não foi devolvido aos vereadores.

A demora em aprovar o Plano Diretor que irá definir a delimitação de espaços de expansão urbana e econômica, bem como, as áreas de preservação ambiental, geram desconforto e insegurança para todos os munícipes, principalmente para a extração mineral, uma vez que as licenças ambientais para extração de areia às margens do Rio Cubatão foram canceladas pelo poder municipal, conforme recomendação do Ministério Público, pois as lavras encontram-se atualmente dentro das áreas destinadas à preservação permanente. Os mineradores do município de Santo Amaro da Imperatriz mantêm sua extração por liminar concedida pelo poder Judiciário. Muito embora esta liminar permita a extração, outra lei aprovada e sancionada pelo atual prefeito proibiu o uso da maraca na extração mineral, objetivando com isso, evitar danos ambientais.

O Zoneamento Ambiental, instrumento de planejamento do uso do solo e gestão ambiental, instituído por lei pelo Poder Público Municipal, define e delimita as zonas ambientais, urbanas, rurais, industriais e de interesse turístico. Através do Zoneamento ambiental torna-se possível definir e regular o uso da propriedade do solo, de acordo com a finalidade, atribuição de usos e atividades compatíveis segundo as características de cada área geográfica, com o objetivo de evitar os danos e impactos ambientais, promovendo assim o desenvolvimento sustentável.

Em síntese, o Zoneamento ambiental entra em consonância com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que “busca olhar para cada parcela do território respeitando as necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, promovendo assim, o desenvolvimento sustentável”. (Lei n. 9985, 2000.)

No entanto, de acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988 em seu artigo 20, classifica todos os recursos minerais e dentre eles a areia, como sendo bens da União. Em função disto, é assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração, ou compensação financeira por essa exploração. Além disso, “são funções do Estado: registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios”. (BRASIL, 1988).

Ressalta-se que, na discussão do Plano Diretor do Município de Santo Amaro da Imperatriz a questão da proibição da extração mineral tornou-se o foco da reorganização de espaços. Segundo o Sr. Manoel Bossle, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Santo Amaro da Imperatriz, as discussões não foram propositivas para uma adequação da utilização de recursos, pois as audiências públicas priorizaram a defesa de interesses particulares. (Entrevista concedida). Ainda segundo o vereador:

“Temos que pensar na extração de areia, sobretudo como uma atividade econômica. Proibir sua utilização é muito impactante para o

empreendedor local. Temos que pensar numa forma de minimizar estes impactos, pois, estamos nos referindo a uma atividade que gera emprego e renda para o município. Regulamentar a atividade significa entrar em consonância com o princípio do desenvolvimento sustentável. (...) quando foi elaborado o primeiro projeto para o Plano Diretor já havia uma lei que proibia terminantemente a extração mineral. Eles não pensaram que temos uma envasadora de água no município, bem como, não pensaram que a própria população se utiliza da extração de areia”. (Entrevista Concedida em outubro de 2013.)

Ainda, sobre a verticalização da cidade e o grande número de empreendimentos residenciais na última década o vereador afirma que a cidade não foi preparada para a verticalização. Por causa do desordenamento territorial as vias públicas estão impedidas de expandir, sendo urgente a discussão sobre a questão da mobilidade urbana. Isso em função de o Poder Público ser muito omissivo em vários aspectos sociais do município. De acordo com o Sr. Manoel Bossle, estas mesmas questões podem ser analisadas sob o ponto de vista do planejamento para gerações futuras:

“Se fosse deixar como previsto no primeiro projeto, deixando com que algumas áreas fossem incorporadas ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST) o município de Santo Amaro da Imperatriz reduziria suas possibilidades de desenvolvimento em 10% do território. As pessoas questionam na câmara quais os motivos de incentivar uma verticalização ou 10 pavimentos. Eu respondo: o que queremos? Verticalização com quatro pavimentos? Como já ocorreu? Para uma estrutura sem elevador, sem garagem, sem área de uso comum? Que tipo de morador queremos para o município? Queremos a qualificação das construções para manter a qualidade de vida do município. Santo Amaro agora está com um projeto que chama-se Lar Legal que regulariza áreas que foram invadidas. Isso é trabalhar contra o Município”. (Entrevista Concedida em outubro 2013.)

Pode-se afirmar que variados condicionantes externos e internos do relacionamento sociedade-espço se articulam, gerando arranjos sociais peculiares, através da valorização de espaços habitados, que buscam impedir a incorporação destes aos fluxos econômicos através da questão ambiental. Surge desta forma, uma identidade legitimadora, em que a preservação ambiental torna-se condicionante para a manutenção das relações sociais estabelecidas naquele espaço. Neste sentido, percebe-se a “historicidade do desenvolvimento humano, associando elementos fixados ao solo e geneticamente datados, que exprimem a espacialidade de organizações sociopolítica”. (MORAES, 1996.p.15).

Resultados:

Segue-se, portanto um período de grandes mudanças estruturais na gestão pública municipal para minimizar os conflitos e os impactos das atividades de expansão econômica em áreas de preservação do espaço em questão, o que faz jus a afirmação de que a

resposta da sociedade a um problema depende de instituições políticas, econômicas, sociais e de seus valores culturais. “Tais instituições e valores afetam o modo como as sociedades resolvem (ou tentam resolver) seus problemas”. (DIAMOND, 2005.p.31). No entanto, estas questões podem apresentar-se de forma controversa, em que a análise, ou a resposta aos problemas ambientais parecem ser discutidas por dois campos opostos. Deste modo, os pressupostos legais enfatizados para a preservação neste contexto induzem diretamente a uma abordagem geopolítica, em que a dinâmica e a legitimação dos espaços preservados depende, em última instância, de um processo de bons estudos técnicos, multidisciplinares e integrados que possam diminuir o aparente paradoxo entre as atividades econômicas e a preservação ambiental.

Nas palavras de Milaré, a “função social da propriedade urbana altera essencialmente o direito do proprietário de dispor livremente dela, condicionando seu uso e fruição ao interesse social”. Trata-se de um interesse não apenas econômico, mas também ambiental, a justificar o apotegma de que “toda propriedade privada é gravada por uma hipoteca social”. (Miralé, 2009. p. 545)

Limita-se o direito de propriedade com o propósito de atingir o bem comum, em favor de um todo, para proporcionar uma sadia qualidade de vida a todos os cidadãos. Importante ressaltar que para alcançar esta sadia qualidade de vida faz-se necessário o equilíbrio ambiental conforme preceitua o art. 225 da CF/88: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

A Lei Orgânica do Município de Santo Amaro da Imperatriz, de 05 de abril de 1990, em seu art. 156 preceitua que todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações; e, em seus parágrafos e incisos prevêem todas as diretrizes para a preservação, restauração, proteção, promoção e fiscalização ambiental do município em questão. Parte-se da previsão constitucional que institui a competência comum, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em favor da proteção do meio ambiente e combate a poluição em qualquer de suas formas.

Os primeiros apontamentos desta pesquisa revelam que se estabeleceram desde então mudanças na legislação municipal de forma a adequar as atividades ao conceito de preservação previsto pelo projeto que deverá instituir o Plano Diretor.

Como primeiras adequações pode-se citar a cassação da licença para extração mineral, que posteriormente foi concedida liminar judicial mantendo a extração mineral, a proibição do uso da maraca, o cancelamento das licenças para construção acima de 3 andares e que posteriormente foi revogada pela lei nº 2286/2013 que foi sancionada para

regulamentar as construções no município de Santo Amaro da Imperatriz permitindo construções de até 10 andares.

Além disso, o projeto de lei que deve dar origem ao Plano Diretor do município de Santo Amaro da Imperatriz redefiniu o Zoneamento Ambiental e criou Áreas Especiais de Interesse Ambiental. Caso o projeto supracitado seja aprovado serão instituídas por esta Lei as seguintes Áreas Especiais de Interesse Ambiental: I. Zona de Proteção do Salto do Rio Cubatão - (ZPSC); II. Zonas de Preservação Permanente - (ZPP); III. Sistema de Áreas Verdes Urbanas - (SAVU); IV. Zona de Proteção Natural – (ZPN).

A Zona de Proteção do Salto do Rio Cubatão (ZPSC) e as Zonas de Preservação Permanentes são áreas resguardadas devido à sua importância ecológica, cobertas ou não por vegetação nativa, que têm como função preservar os recursos hídricos e vegetais, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, o solo e assegurar o bem estar das populações humanas.

As Zonas de Preservação Permanente (ZPP) ocupadas ou urbanizadas na data da aprovação desta Lei, localizadas na Macrozona Urbana ou nas Áreas Especiais de Interesse, estarão sujeitas a regularização mediante Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e segundo requisitos e condições previstos em Legislação ambiental, analisados caso a caso pelo órgão municipal responsável. (Projeto de Lei – Plano Diretor de Santo Amaro da Imperatriz, 2010).

O Sistema de Áreas Verdes Urbanas (SAVU), representados por parques públicos, praças e jardins são o conjunto de espaços verdes, planejados e projetados com qualidade urbanística, ajardinados ou arborizados, de propriedade pública ou privada, necessário à manutenção da qualidade ambiental natural.

A Zona de Proteção Natural – ZPN são áreas resguardadas devido à sua importância natural e ecológica, que tem seu uso e ocupação do solo regulamentado pela lei de parcelamento do solo. (Fonte: Projeto de Lei-Plano Diretor de Santo Amaro da Imperatriz. 2010).

Conclusões:

A discussão primeiramente voltada aos fatores econômicos e ambientais na utilização do espaço levantaram questões de ordem social diretamente correlacionada, como turismo, lazer, moradia, educação e qualidade de vida; de modo que a demarcação de limites às atividades humanas trouxe como propulsora de mudanças a consideração de diversas variáveis em prol da sustentabilidade ambiental, social e econômica, não dissociando o homem de seu habitat, além de moldar discursos e projetos a uma nova realidade, valorizando as determinações da natureza mesmo depois da alteração humana. Em outros termos, a paisagem humana é o resultado de uma dialética entre matéria e ideia,

onde as formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses e necessidades que registram uma época e um documento de cultura. (MORAES, 1996.p.23).

Desta forma, este estudo proporciona os primeiros apontamentos de uma pesquisa que analisa a estrutura e os processos de organização social que resultam num conjunto de práticas associadas a padrões próprios a cada tipo de sociedade, compreendendo “o valor atribuído a um dado lugar, e sua variação ao longo do tempo, por razões econômicas, políticas e culturais”. (GOMES, 2007.p.50).

Referências Bibliográficas:

AMABC. **Site da Associação dos Mineradores de Areia da Bacia do Cubatão**. Acesso em 10/02/2013: <http://amabc.com.br/associacao.html>.

BRASIL. Lei n. 9985. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. 2000.

CARVALHO, Sonia Nahas. **Estatuto da cidade: Aspectos políticos e técnicos do Plano Diretor**. SP: São Paulo Perspectiva. v.15.2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ed. Ática, 2003.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Acesso em 24/12/2012: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

CHOLLEY, André. **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos**. Rio de Janeiro: Boletim Geográfico. 1964.

DIAMOND, Jared. **COLAPSO: Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DNPM. **Departamento Nacional de Produção Mineral**. Acesso em 28/01/2013: <http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=60>.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**: Saraiva, 2009; 10ª edição. Revista atualizada e ampliada.

FORTKAMP, Cristiane. **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: História e Conflito Socioambiental**. Florianópolis: UFSC, 2008.

GIDDENS, Anthony (org). **Modernização Reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Acesso em 08/12/2012: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=421570>

Lei Orgânica do Município de Santo Amaro da Imperatriz. Acesso em 28/12/2012: <http://www1.leismunicipais.com.br/lei-organica/santoamarodaimperatriz-sc/4425>

Lei Complementar do Estado de Santa Catarina nº 495/2010. Acesso em 05/01/2013: <http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2010/000495-010-0-2010-001.htm>

MILARÉ, Édís. **Direito do Ambiente – a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário** – 6 ed. Revista dos tribunais – ver, atual, e ampl. São Paulo 2009.

Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Acesso em 05/01/2013: http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/interna.aspx?secao_id=94

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: Cinco Ensaios, uma proposta e uma crítica**. São Paulo: Annablume, 2009.

OLIVEIRA, Fabiano Melo gonçalves de. **Direitos Difusos e coletivos**, VI: ambiental/ Fabiano Melo Gonçalves e Oliveira e Telma Bartholomeu Silva. São Paulo: Saraiva, 2012. Coleção Saberes do Direito 39.

Projeto de Lei – **Plano Diretor de Santo Amaro da Imperatriz**. Acesso em 27/12/2012: <http://www.pmsai.sc.gov.br/conteudo/60/plano-diretor>.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Instituto socioambiental, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petropolis: Vozes, 1979. 156p

SICSU, João; CASTELAR, Armando. **Sociedade e Economia: Estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2009.

SILVA, Geovany A.; WERLE, Hugo J. S. **Planejamento Urbano e Ambiental nas municipalidades**. São Paulo: USP, 2007.